

**NILSON VITAL NAVES**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

A Corte de Cassação francesa trabalha sob a autoridade do primeiro presidente (premier président) e dos presidentes de Câmara (présidents de Chambre). Guy Canivet é atualmente o Primeiro Presidente da Corte.

A Cassação foi criada pela Revolução de 1789 com o nome Tribunal de Cassação, em substituição ao Conselho das Partes, a seção do Conselho Real que constituía a última instância para processos contra o Estado.

Quando das comemorações do bicentenário da instalação do Tribunal de Cassação, disse Monsieur Jean-Louis Halperin em conferência proferida a 29.11.90,

“Il y a deux cents ans et deux jours, le 27 novembre 1790, l'Assemblée constituante, réunie dans la salle du Manège du Palais des Tuileries, votait, à une majorité hélas inconnue, la loi instituant le Tribunal de Cassation. Pourquoi un Tribunal de Cassation? A la recherche de l'alchimie mystérieuse qui donna naissance à cette loi et fit la longévité d'une institution âgée aujourd'hui de deux siècles, nous aurions pu, selon les schémas de l'exégèse, tenter de percer les intentions des Constituants et notamment de ces 'pères fondateurs' que furent Le Chapelier, Duport, Thouret et Merlin de Douai. Nous avons préféré nous référer à des insperateurs moins connus de cette création révolutionnaire, à des français anonymes qui ont eu l'immense mérite, en 1789, de résumer en quelques mots le rôle du futur Tribunal de Cassation, et presque son histoire à venir.”



“Há duzentos e dois dias, em 27 de novembro de 1790, a Assembléia Constituinte, reunida na sala do Manège, no Palais des Tuilleries, votava, por uma maioria infelizmente não conhecida, a lei que instituiu o Tribunal de Cassação. Por que um Tribunal de Cassação? Ao buscar a misteriosa alquimia que deu origem a essa lei e proporcionou a longevidade de uma instituição que completa atualmente dois séculos de existência, poderíamos, conforme os métodos da exegese, tentar alcançar as intenções dos Constituintes e notadamente de seus ‘fundadores’: Le Chapelier, Duport, Thouret e Merlin de Douai. Preferimos fazer menção aos inspiradores menos conhecidos dessa criação revolucionária, franceses anônimos que trouxeram consigo o extraordinário mérito de, em 1789, resumir em algumas palavras o papel do futuro Tribunal de Cassação e praticamente a sua história por vir”.

Semelhantemente ao que acontece conosco, a Corte tem a missão de zelar pela fiel observância da lei. Ela não toma conhecimento dos fatos do processo; apenas conhece da alegação de violação do direito pela jurisdição inferior. Caso conclua não ter havido tal violação, confirma a decisão que foi objeto do recurso. No caso contrário, agora diferentemente de nós, não substitui com sentença sua aquela julgada irregular (*juge les jugements et non les affaires*), mas a “quebra”, ou a anula (*casser*, em francês), e reenvia o julgamento à outra jurisdição do mesmo nível da jurisdição do tribunal cuja sentença foi “quebrada”, ou anulada (*il y a aura cassation – cest-à-dire annulation*). Como é sabido, nós, quando conhecemos do recurso, julgamos de logo a causa, aplicando o direito à espécie (“No julgamento do recurso especial, verificar-se-á, preliminarmente, se o recurso é cabível. Decidida a preliminar pela negativa, a Turma não conhecerá do recurso; se pela afirmativa, julgará a causa, aplicando o direito à espécie”, art. 257 do Regimento do Superior Tribunal).



A propósito, da Corte de Cassação, já se escreveu também por ocasião do seu bicentenário:

“La plus haute juridiction de l’ordre judiciaire est liée à l’histoire de France: son architecture, les différentes étapes de son développement jusqu’à son organisation actuelle le manifestent. Il s’agit aussi d’un lieu où des générations de magistrats édifient la doctrine et la jurisprudence, œuvre en perpétuelle évolution.”

“O mais elevado órgão jurisdicional da ordem judiciária está vinculado à história da França: isso se manifesta na sua arquitetura e desde as distintas etapas de seu desenvolvimento até a sua organização atual. Trata-se, ademais, de um local onde gerações de magistrados edificam a doutrina e a jurisprudência, obra em perpétua evolução”.

Pois essa é a tão importante e tão judiciosa Corte que tem atualmente como Primeiro Presidente o nosso conferencista Guy Canivet, mestre em direito privado e ciências criminais, magistrado desde 1972, professor da Universidade René Descartes (Paris V), presidente da Sociedade de Legislação Comparada e também da Associação dos Presidentes das Supremas Cortes Judiciárias dos Estados-Membros da União Européia.

Autor de diversos livros lançou em 2004, em co-autoria com Julie Joly-Hurard, o livro “A deontologia dos magistrados”, cujo objetivo é assinalar as fontes atuais da deontologia dos juízes e ponderar sobre a suficiência e alcance delas.

Canivet está muito atento às exigências feitas ao juiz pelas evoluções da sociedade, que se manifestam por um



vertiginoso progresso científico e tecnológico e pela aceleração da globalização dos contatos (ou mundialização, como preferem os franceses).

Segundo ele, em conferência proferida no Canadá, o juiz tem como papel essencial adaptar o direito àquelas evoluções. Por um lado, o juiz nem deve opor-se às mudanças, nem desconhecer-las: deve assimilá-las. Por outro lado, nem deve isolar as sociedades por um direito fechado e irredutível, nem provocar a perda das identidades jurídicas e culturais, mas deve fazer a síntese das correntes de abertura e de tradição. Na sua visão, o juiz é, ao mesmo tempo, um guardião dos valores e um mediador tolerante.

Logo após ouvirmos o Presidente Canivet neste início de tarde, ouviremos o professor e autor de inúmeros livros e artigos, magistrado de regra e esquadro que foi e jurista de renome que é, José Carlos Moreira Alves. Moreira Alves, assim como sempre o conhecemos, dispensa, entre nós, como diria aquele sábio locutor de rádio, dispensa apresentação. Não obstante, deixe-me apenas dizer que, aos 24 anos, Moreira Alves já lecionava Direito Civil e Direito Romano, chegou ao Supremo Tribunal Federal aos 42 anos de idade, presidiu o Tribunal e, como tal, ocupou, em substituição, a Presidência da República. Coube-lhe ainda instalar a Assembléia Nacional Constituinte em 1987. E vejam: escreveu a Parte Geral do nosso atual Código Civil.



São enormes a gratidão e a honra do Superior Tribunal e do Conselho da Justiça Federal em tê-los conosco, Presidente Guy Canivet e Ministro Moreira Alves. Atentamente ouviremos de dois dos melhores civilistas as melhores lições num auspicioso momento, momento em que os franceses celebram os duzentos anos do seu Código e os brasileiros, a edição de seu novo Código Civil após uma jornada de trinta anos de trabalhos de redação de textos e de intensos trabalhos legislativos. Como orgulhosamente dizem os franceses, repetindo a profunda convicção dos redatores do Código de 1804, que não é outra senão também a convicção de todos nós: De bonnes lois civiles sont le plus grand bien que les hommes puissent donner et recevoir.

Esta é uma Casa da Justiça – Rendre la Justice!

